

SMART GRID[®]

& ENERGY FORUM / 13^a edição

FÓRUM LATINO-AMERICANO DE SMART GRID

29 e 30 de novembro de 2021

"Acelerando a digitalização da energia e a modernização do setor no Brasil e América Latina"

CENTRO DE CONVENÇÕES
FREICANECA R. Frei Caneca, 569 - 6^o
São Paulo - SP - Brasil

Patrocínio Master



Patrocínio Platinum



Patrocínio Silver



Patrocínio Bronze



Apoio Oficial



Apoio Internacional



Apoio Institucional



Apoio Promocional



Informações

Telefone: (55 11) 30513159
www.smartgrid.com.br

Organização



Relatório Final Smart Grid Fórum/2021

Nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 ocorreu a 13ª. Edição do Fórum Latino-Americano de Smart Grid, em São Paulo, no Centro de Convenções Frei Caneca. Esta Conferência Internacional realizada anualmente no Brasil faz parte do circuito de eventos mundiais de referência no tema há mais de uma década.

Tendo realizado apenas atividades em ambiente virtual durante a pandemia, em 2021 foi retomado o evento presencial, com todos os protocolos de segurança sanitária, onde foi possível rever e conversar com os palestrantes, autoridades e executivos do setor após as apresentações e estabelecer redes de relacionamento com grande potencial de desenvolvimento de negócios.

Esta edição contou com o apoio oficial da ANEEL, ANATEL e CEPEL Eletrobrás. Houve também destacados apoios internacionais da ADEERA – Associação de Distribuidores de Energia Elétrica da República Argentina e da ARIAE- Associação Ibero-americana de Entidades Reguladoras da Energia. O evento contou com o apoio de mais de 30 entidades setoriais ¹, além de 13 patrocinadores ².

Auditório



¹ ADEERA, IEC, ABRADÉE, ABRAGEL, ABRATE, ABAQUE, ABCE, ABEEÓLICA, ABIAPE, ABILUX, AINEE, ABNT, ABRACE, ABRACEEL, ABRAPCH, ABRAVA, ANACE, ATEESP, AURESIDE, HABITAR, COGEN, CONTAE, CRT-SP, FGV, FNE, SEESP, SINDIENERGIA, SINTEC-SP, EM, POTÊNCIA, ECOEE, RPM

² ENEL, GRIDSPERTISE, FORTINET, SCHNEIDER ELECTRIC, SONDA, ARIAE, LOCUSVIEW, SIEMENS, AÇÃO ENGENHARIA, LACTEC, LANDIS & GYR, NOVUS e S&C.

³ SONDA, NOVUS, AÇÃO ENGENHARIA, LOCUSVIEW LACTEC e S&C.

Atividades e Programa

O evento contou com uma **área de exposições de 350 m²**, onde stands para recepção e atendimento dos Conferencistas e exposição de produtos e serviços das empresas patrocinadoras.³

No primeiro dia a Conferência se iniciou com as **boas-vindas através de mensagem do Excelentíssimo Ministro Bento Albuquerque**.

Neste mesmo dia foram realizados quatro painéis seguidos de um coquetel ao final do dia.

O **Painel de Abertura** foi realizado com autoridades debatendo o tema: **“DA PANDEMIA PARA A SOCIEDADE DE ALTA TECNOLOGIA DE ENERGIA.”**

Neste painel participaram os presidentes da ANEEL, CCEE e CEPEL, e dirigentes da EPE e ABRADÉE.

O segundo painel trouxe o tema **“REGULADORES DE ENERGIA DA AMÉRICA LATINA: CONSTRUINDO UMA NOVA SOCIEDADE DE ENERGIA”**. Este painel foi organizado com o precioso e prestigioso apoio da ANEEL - Agência Nacional de Eletricidade e com o patrocínio da ARIAE- Associação de Reguladores Ibero-americanos de Energia e contou com participação de reguladores do Chile e Colômbia sob a coordenação da área internacional da ANEEL.

Após o almoço, ainda no primeiro dia foi realizado o terceiro Painel **com Altos Executivos com o tema: “A AGENDA ESG E OS NEGÓCIOS DO SETOR DE ENERGIA”**, com executivos de primeiro escalão das empresas CPFL, EDP e ENEL.

O quarto e último painel do primeiro dia foi também **coordenado e moderado pela ANEEL**, enfocando as **INOVAÇÕES REGULATÓRIAS E TECNOLÓGICAS**, com o tema: **“ACELERANDO A DIGITALIZAÇÃO DA ENERGIA E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR”**, com participações de altos executivos da CEMIG, COPEL, ENEL e NEOENERGIA.

O segundo dia se iniciou com um **PAINEL DE ASSOCIAÇÕES SETORIAIS** enfocando **“OS DIVERSOS SEGMENTOS CONSTRUINDO A NOVA SOCIEDADE DE ENERGIA”**, com participação da ABRACEEL, COGEN e ABRACE.

Em seguida foi realizado o **“PAINEL DE MEDIÇÃO E TARIFAS INTELIGENTES DE ENERGIA”**, com executivos de primeira linha de empresas do setor e de qualificados fornecedores de tecnologia como a ENEL, LANDIS & GYR, SIEMENS e SONDA.

Após o almoço, foi realizado o **“PAINEL DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS AVANÇADOS TRANSFORMANDO AS EMPRESAS DO SETOR”**, uma verdadeira sessão especial de “road show” de palestras de executivos de qualificados fornecedores de tecnologia como LACTEC, LOCUSVIEW, SCHNEIDER ELECTRIC, SIEMENS, S&C, FORTINET e GRIDEXPERTISE.

Resumo Executivo de Conteúdo

A transformação da sociedade é o principal pano de fundo da transformação pela qual passa mundialmente o setor de energia. Além da evolução tecnológica sem precedentes, valores fundamentais de preservação do planeta, diversidade e transparência são fundamentais para colocar as pessoas no centro dessa transformação.

Nesse sentido ficou claro que o crescimento do mercado livre é o que vai endereçar maior parte do crescimento dos investimentos em ampliação da oferta de energia, pois os consumidores e empresas em geral estão promovendo um mercado de capitais mais aberto para estes investimentos.

As novas tecnologias quebraram uma antiga premissa e regra do setor onde os melhores e mais otimizados investimentos foram feitos primeiramente que os menos eficientes economicamente. A evolução tecnológica e sua escalabilidade tem permitido a contínua redução de custos dos novos investimentos em relação aos anteriores, conforme atestam os leilões de energia feitos em vários países.

Com os custos de energia em queda progressiva, cada vez mais o foco dos mercados se volta à disponibilidade de potência, mais do que apenas de energia como no passado, fazendo com que os serviços de flexibilidade sejam cada vez mais necessários e demandados. Nesse sentido, a Transmissão de energia tem assumido mundialmente papel de crescente relevância para esta flexibilidade, bem como o gerenciamento da demanda pelos consumidores tem crescido de importância para os operadores dos sistemas elétricos de grande porte e distribuidores de energia.

O vertiginoso progresso das renováveis e da geração distribuída é admirável: o Brasil, por exemplo, está atingindo cerca de 8 GW de capacidade instalada em geração distribuída solar – se for possível capturar e aproveitar uma pequena sobra de apenas 5% desta capacidade para comercializar como excedente, resultará uma usina de 400 MW, que já é considerada um grande empreendimento. Para isso é necessário preparar os sistemas atuais e definir regras para este aproveitamento.

A própria ANEEL não tem dúvidas que a comercialização dos excedentes da GD será viabilizada, fazendo com que a geração dos telhados habilitem um novo mercado de agregadores. A dificuldade maior é a questão tributária, pois atualmente esta geração goza de isenção, enquanto havendo comercialização, esta deverá ser tributada de alguma forma.

A Agência defende regras estáveis e respeito aos investimentos, ao mesmo tempo que entende que as empresas precisam redefinir a sua relação com o consumidor, não apenas como cativo, mas principalmente como um cliente que terá cada vez mais opções de escolha, uma vez que a abertura do mercado é um caminho sem volta.

Ainda em 2021 deverá ser publicada normativa para a implantação de usinas híbridas no Brasil e em 2022 a ANEEL publicará as regras para viabilizar a exploração comercial dos recursos de armazenamento de energia a partir de processos de tomada de subsídios que conduziu em 2020 e 2021.

O Chile e Colômbia estão trabalhando regulamentações sobre medidores inteligentes e abertura de mercado, dentro de esforços de preparação para a transição de energia limpa, segundo as suas agências reguladoras, respectivamente a CNE Chile e a CREG.

Desde 2014 a Colômbia promulgou uma lei de medição avançada e em 2020 desenvolveu estudos para implantação do AMI através de um gestor Independente de Informação. O Congresso, entretanto, barrou a transferência de custos à população, e o pano de AMI está preparado, mas momentaneamente paralisado há seis meses.

A visão do Regulador Colombiano é evoluir para mercados intra-diários e “*dayahead*” para a tomada de decisões de gerenciar demanda através do mercado de curto prazo. Espera-se se ter em 2030 cerca de 70% de AMI em zonas urbanas. Das 30 distribuidoras há empresas que já avançaram em tarifas horárias e na possibilidade de fazer desconexões remotas. As empresas cobrem os investimentos necessários e os clientes pagam pela obsolescência antecipada, ou seja, a implementação em grande parte pode ser realizada por iniciativa do cliente.

Na Colômbia já existem os agregadores desde 1995 e estão baixando o nível de acesso ao mercado livre e flexibilizar a regulação. Empresas muitas vezes tentam criar barreiras à transição através da regulação.

As empresas, motivadas pelos investidores e mercado financeiro, tem crescentemente abraçado os objetivos da agenda ESG, buscando atender a preceitos Ambientais e zelo ecológico (“E” de environment), Diversidade e atenção a grupos vulneráveis (“S” de social) e Transparência (“G” de governança). A jornada ESG prega, portanto, sustentabilidade e respeito ambiental, social e integridade. Na grande transformação tecnológica as empresas buscam não deixar ninguém para trás, por exemplo através da educação inclusiva.

Há consenso de que está havendo um processo de crescente aceleração da transformação, sendo que o elemento vital e central é o cliente: o futuro do setor está nas mãos dele. Neste novo cenário de penetração de renováveis e GD, as empresas têm que investir muito para assegurar a resiliência em infraestrutura e tratamento de dados, além de muitos investimentos também em transmissão

As empresas também precisam cumprir ações de responsabilidade social. Foi citado, por exemplo, que a ENEL está desativando 3,5 GW em térmica na Espanha, e ao mesmo tempo requalificando mão de obra para trabalhar em solar e preservar os empregos.

A agenda social também preocupa os reguladores e os governos: a transição energética, não é simplesmente substituir fontes. Por exemplo, na Colômbia existem milhares de famílias que dependem de pequenas unidades fabris de produção de carvão, e esta substituição tem que se dar de forma a permitir a reciclagem destas pessoas para outras atividades econômicas para que possam se manter.

Da mesma forma, no Brasil existe a indústria do etanol onde também várias famílias e empresas dependem e oferecem uma alternativa renovável ao carro elétrico e, portanto, a transição tem que considerar estas especificidades e condições locais.

A Enel também citou a criação de uma subsidiária, a Gridspertise, para ajudar as empresas a fazerem a transição energética, apoiando empresas similares com a sua experiência nos projetos “gridfuturability” e “open innovability”, cuidando também da infraestrutura legada.

Há consenso que a evolução tecnológica é muito rápida e tende a avançar de modo mais acelerado do que a regulação: mas os próprios reguladores concordam que a regulação não pode ser barreira para a tecnologia.

Por exemplo, no Brasil a ANEEL acompanhou um P&D cooperado de empresas para a modernização das tarifas de baixa tensão, para fazer frente a inovações que os consumidores estão introduzindo, às vezes de forma mais acelerada que as próprias empresas. A ANEEL também recentemente definiu em consulta pública as condições mínimas para a implementação de “sandboxes tarifários”, nos quais as próprias distribuidoras podem estabelecer suas tarifas em regiões específicas e de teste controlado, por períodos definidos, de forma a mensurar como os consumidores irão responder a sinais tarifários.

Há consenso que a separação das atividades de distribuição (fio) da de comercialização, para abertura do mercado, está se configurando como avanço no sentido de transformar as atuais distribuidoras em operadoras locais de ativos de redes ou DSOs (“Distribution System Operators”).

Algumas empresas, visando oferecer subsídios para aprimoramentos regulatórios à ANEEL, estão implantando grandes projetos de medição inteligente.

A ENEL, em São Paulo, contemplará 300 mil consumidores, dos quais 115 mil medidores já foram instalados e 65 mil já se encontram conectados. (ENEL).

A CEMIG anunciou um grande programa de 22,5 bilhões de reais de investimentos para os próximos 5 anos, dos quais 12,5 bilhões serão destinados à Distribuição, para a construção de 150 novas subestações compactas e 20 mil km de redes, em um programa denominado “+ energia”. O conceito é substituir instalações com vida útil expirada, eliminar gargalos de atendimento para aumento de demanda ou suprimento trifásico, e assim favorecer o crescimento econômico do estado.

Neste programa serão implantados 1,25 milhões de medidores inteligentes, dos quais 250 mil já se encontram instalados. Serão também aumentados de 9 mil para 15 mil o número de religadores monofásicos e implantados mais 12 mil trifásicos, em um esforço de conversão de 25 mil km de redes monofásicas para trifásicas. Todas estas tecnologias serão digitalizadas, através de vários sistemas e diferentes tecnologias de telecomunicações.

A Neoenergia, que atualmente atende 18% do mercado brasileiro, tem planos de investir mais R\$ 25 bilhões até 2025, já tendo investido em suas concessões R\$ 52 bilhões desde a sua chegada ao Brasil em 1997.

As suas concessões têm crescimento significativo, demandando conectar em média novos 500 mil clientes a cada ano. A empresa tem investido significativamente na digitalização de clientes através de sistemas computacionais para atendimento automatizado, para os centros de operação, para medição eletrônica, para automação elétrica, para telecomunicações e especialmente em “cyber

security”, de modo a obter uma radical e rápida redução de custos e melhoria de indicadores de desempenho nos seus serviços prestados.

Para isso implantou, por exemplo, no seu projeto “Energia do Futuro” uma rede 4G privada “WiSun” com 75 mil medidores inteligentes conectados em Atibaia. Industrializou o processo de automação de redes e de auto restabelecimento, de modo à rapidamente expandir a sua disseminação de forma rápida e econômica.

-A COPEL, por sua vez, tem liderado o anúncio e a introdução de muitas inovações no setor de distribuição. Entre as inovações destaca-se a contratação pioneira de recursos distribuídos de energia como alternativa à expansão convencional de ativos em um primeiro processo neste sentido conduzido como “*sandbox*” junto à ANEEL.

Destaca-se também a implantação massiva de mais de 1,5 milhões de medidores inteligentes que será conduzida após uma primeira implantação piloto realizada na cidade de Ipiranga, onde foi possível estabelece a análise de custo-benefício que respaldou a decisão deste primeiro “*roll out*”.

A COPEL também destaca a implantação de novos centros de operação integrada de sistemas e serviços com softwares avançados e integrados, com mais de 3500 equipamentos de automação associados.

As Associações representativas do setor e os Provedores de Tecnologia demonstraram também surpreendente alinhamento de percepção sobre a necessidade de avanço imediato de uma pauta para a modernização efetiva dos ativos, e não apenas das regras como as discussões em curso para a abertura do mercado de energia do país.

Todos os agentes, incluindo os reguladores, concordam que a inserção dessas tecnologias modernas não pode ocorrer a qualquer custo, devendo acontecer de tal maneira que os custos e benefícios sejam compartilhados de forma equilibrada entre distribuidoras, consumidores e demais partes envolvidas.

Todos concordam, também, que a modicidade tarifária, usada para não estabelecer um programa de investimentos plurianual para esta modernização, tem sido deixada de lado para atender a crises recorrentes setoriais através de “socorros” as empresas, ‘diferimentos’ de custos, “encargos de segurança”, e “subsídios”.

Os painéis finais do Fórum abordaram uma série de outras tecnologias inovadoras já disponíveis para as empresas da região:

- Plataforma de construção digital para digitalizar todo o processo de construção de ativos, desde o nascimento do projeto até a fase de imobilização e operação e manutenção;
- Centro de tecnologia e inovação para subsidiar desenvolvimento tecnológico e disruptivo, com suporte laboratorial e de profissionais altamente qualificados;

- Soluções inovadoras para digitalização das distribuidoras, através de softwares integrados que cobrem uma vasta gama de funcionalidades e aplicações para as empresas e grandes consumidores de energia;
- Provedor de soluções integradas com serviços consultivos avançados e experiência internacional de implantação de tecnologias para a transição energética nas distribuidoras de energia;
- Expertise em cyber segurança, cada vez mais necessária face à crescente digitalização e automação de processos nas empresas;
- Sistemas avançados de proteção de sistema elétricos para redes e serviços de alta confiabilidade.

O Programa da Conferência pode ser acesso [aqui](#)

O download das apresentações pode ser feito [aqui](#)

As fotos do evento podem ser acessadas [aqui](#)

Conclusões, Contribuições e Recomendações

Como consenso das discussões destacam-se os seguintes pontos:

- Muita ênfase se dedica no Brasil à ampliação da geração de energia, mas existe também um grande potencial de eficiência energética ainda proporcionalmente pouco explorado no nosso país, que poderia juntamente com a expansão da geração e transmissão trazer grandes avanços com investimentos de mais rápido retorno.
- Dentro de uma perspectiva de estimular o gerenciamento de uso eficiente energia e da demanda por eletricidade é necessário ter o consumidor no centro das atenções e oferecer opções aos clientes, em um mercado competitivo.
- Para isso é necessário habilitar novas opções de tarifas inteligentes, com disponibilidade de medição inteligente conectada, suportada por sistemas em nuvem.
- A parte econômica para um “roll out” massivo de medição eletrônica é fundamental: especificamente a consideração anual de investimentos realizados intra-ciclos tarifários é um ponto crucial, uma vez que os investimentos somente são reconhecidos e incorporados às tarifas em cada revisão tarifaria periódica, a cada 4 ou 5 anos. Assim, pelas regras atuais, a empresa que investir em medição eletrônica no primeiro ano apenas terá este investimento reconhecido a partir do 4º ano, quando mais de um terço da vida útil atualmente considerada para este ativo já expirou e não foi remunerada. Esta regra de incorporação de ativos apenas nas revisões tarifarias periódicas, já há muito foi identificada e apontada como nociva a modernização do setor, mas continua sendo uma grande barreira para a evolução tecnológica. Esta regra estimula as empresas a concentrarem investimentos significativos apenas no ano imediatamente anterior ao reconhecimento e isso impede implementações incrementais mais significativas e de forma mais contínua, progressiva, fluida e a custos significativamente menores.

- Além dessa mudança fundamental de reconhecimento intra-ciclos tarifários, cabem aprimoramentos na consideração de vida útil de equipamentos eletrônicos, hoje em 15 anos para 7 anos, adequando a sua depreciação à realidade econômica e vida útil real.
- Outra mudança importante seria o diferimento da captura de reduções de custos por ganhos de escala e das novas receitas de novos serviços na implementação de novas tecnologias que proporcionam estas reduções de custos, de forma a assegurar e reduzir o risco dos investimentos iniciais em novas tecnologias.
- Finalmente, como em qualquer setor onde se busca inovação, para que haja implementação em maior escala será importante adotar regimes reduzidos de impostos em projetos de modernização selecionados.
- Outra barreira existente na atual regulamentação é a consideração de apenas sistemas e softwares próprios como investimento, não reconhecendo despesas de custeio em TI para incorporar o adequado reconhecimento de despesas como SAS – “*software as a service*” nos balanços regulatórios, uma vez que esta é a realidade atual de mercado em todas as indústrias que avançam na digitalização em escala, e a única forma de prover agilidade e modicidade na modernização.
- O setor precisa reconsiderar a forma de utilização das hidroelétricas existentes, priorizando a sua utilização como fonte de armazenamento, mais do que como geração, bem como a atual forma de precificação de energia no curto prazo.
- A medição eletrônica não deve ser barreira para a abertura do mercado, que em breve deve ser estendida progressivamente para todos os consumidores, inclusive os residenciais, pois já existem há muito projetos tramitando neste sentido nas casas legislativas. Entretanto há também consenso de que sem a medição e as tarifas inteligentes a abertura de mercado não proporcionará os benefícios esperados aos consumidores e à sociedade.
- Há consenso que os Encargos de Sistema e outros subsídios, como a CDE tem se mantido excessivamente elevados mesmo para os consumidores livres ou grandes consumidores. São montantes de bilhões, trazendo encargos da mesma ordem de grandeza do custo de energia e pressionando a tarifa no longo prazo. Isso tem implicado em progressivos diferimentos de custos nas tarifas reguladas, com impactos nas tarifas futuras e na competitividade das empresas brasileiras.
- Os sucessivos “socorros” ao setor teriam sido suficientes para implantar vários programas completos de tecnologia de ponta no Brasil. O problema é que estes “socorros” têm sido recorrentes e deverão continuar a ser necessários, sem deixar nenhum legado que permita interromper este ciclo de alta das tarifas. Investimentos qualificados em tecnologias de medição avançada permitiriam em médio e longo prazo a implantação de um verdadeiro mercado competitivo no Brasil, onde o cliente seria realmente o foco das ofertas e teria opções para atender as suas necessidades.
- Houve consenso que os investimentos necessários para a modernização são da UNIÃO, enquanto realizados pelas concessionárias sob regime de concessão. Retardar a decisão de investir significa manter altos custos recorrentes e atraso na infraestrutura e competitividade dos países. O Governo e o Legislativo devem ser estimulados a avançar neste sentido em programas estruturados uma vez

que deverão ser plurianuais. Não definir um programa significa não haver data e nem prioridade para a transição ocorrer.

- As tecnologias de medição de energia e seus sistemas associados já são dominados tanto pelos fornecedores como pelas empresas de distribuição e a decisão de investir não depende de novos desenvolvimentos, mas sim de definições regulatórias que retirem barreiras e estabeleçam um programa plurianual de investimentos, uma vez que os custos das tecnologias já são muito competitivos em termos mundiais, sendo viabilizado até mesmo em países onde os custos de energia são menores do que no Brasil e na América Latina. Foram citadas várias experiências internacionais de implantações massivas de tecnologias de medição inteligente com tarifas diferenciadas sendo oferecidas opcionalmente aos clientes, bem como habilitando novos usos como armazenamento, geração distribuída, usinas híbridas e mobilidade elétrica.

- A experiência internacional de medição inteligente demonstra ganhos significativos para as empresas mas principalmente para a sociedade como um todo, promovendo uma melhor alocação de custos setoriais pelas tarifas inteligentes e consequente eliminação de subsídios entre classes, bem como pela possibilidade de implantação de novas funcionalidades de interesse direto dos clientes como soluções de pré-pagamento e corte social. Do lado das empresas, redução expressiva de custos operacionais e aumento da eficiência operacional, reduzindo deslocamentos produtivos e principalmente improdutivos.

Sobre o Fórum

O Fórum Latino-Americano de Smart Grid foi criado e atua há 14 anos com o objetivo de **colocar em prática e viabilizar novas tecnologias e inovações em energia, de modo sustentável, no Brasil e nos Países da América Latina.**

É uma **iniciativa colaborativa** e um **veículo NEUTRO, INDEPENDENTE e INCLUSIVO**, para **mobilizar a mais ampla matriz de interessados possível.**

Possui **foco em articulação e síntese** e desenvolve **colaboração global com outras entidades** com o mesmo foco de modernização dos serviços de eletricidade e energia. Neste aspecto em 2018/2019 o Fórum foi designado pelo Governo Brasileiro como representante observador em reuniões da ISGAN – *International Smart Grid Action Network*, iniciativa estruturada delegada da CEM – Clean Energy Ministerial, da IEA – Agência Internacional de Energia.

Atua em uma **perspectiva orientada para negócios** para **implantação de tecnologias inovadoras.**

Defende a **transformação sustentável dos sistemas atuais**, considerando **aspectos técnicos, econômicos, ambientais, políticos, legais e sociais.**

As **Conferências do Fórum sempre fornecem orientação e pautas de ação aos governos, reguladores, empresas de energia, fornecedores de tecnologia e outras partes interessadas**, sobre os **próximos passos necessários** para a modernização dos serviços de energia no Brasil e na América Latina.

Maiores informações e outros downloads podem ser acessados no site oficial do Fórum Latino-Americano de Smart Grid:

www.smartgrid.com.br

O Relatório foi preparado pela organização do evento e consolidado por um limitado número de participantes, contemplando os principais aspectos, discussões, conclusões e recomendações decorrentes dos painéis realizados, não representando, necessariamente, o ponto de vista individual de cada um dos apresentadores, empresas representadas e membros da organização, incluindo patrocinadores e apoiadores.

